



ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024

ALLTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.730.872/0001-70, com sede na Av. Cem. Quadra 05, Modulo M1B Sala B45, Terminal Intermodal da Serra, Serra-ES, CEP 29.161-384, por meio de seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no Art.164 da Lei 14.133/21, bem como no tópico 2 e subtópicos seguintes do edital de Pregão Eletrônico em referência, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**.

I – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Conforme disposto no art. 164, da lei 14.133/21, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (Três) dias úteis da data fixada para abertura do certame, *in verbis*:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Ademais, o subtópico 2.2 preconiza que poderá ser apresentada impugnação no prazo de até 3 (Três) dias úteis antes da data de abertura da sessão através de sítio eletrônico, logo, reveste-se de tempestividade a presente impugnação.

II – DOS FATOS

A impugnante, com o fito de participar do processo licitatório em epígrafe, analisou minuciosamente o edital, e ao analisar detalhadamente o termo de referência (TR) encontrou exigências que carecem de legalidade e restringem significativamente a participação de diversos licitantes/fabricantes, pelas razões de fato e direito a seguir.

III – DOS FUNDAMENTOS

III.I- DAS DECLARAÇÕES EMITIDAS PELO FABRICANTE



No termo de referência do edital em epígrafe é possível perceber que existe um vasto pedido de declarações expedidas pelo fabricante do equipamento, conhecidas como declarações de parceria/revenda autorizada, de modo a comprovar que o licitante, não sendo o fabricante do equipamento, é parceiro ou revenda autorizada do fabricante do produto a ser ofertado, além de estar ciente dos termos de garantia editalícios.

As referidas declarações, no entanto, carecem de legalidade, em razão da exclusividade de acesso a referida declaração, somente fornecida para licitantes revendas oficiais ou que irão participar do certame com oportunidade, através de um processo denominado RO (Registro de Oportunidade), aberto pelo próprio fabricante a somente 1 (um) licitante participante do certame, normalmente o que intenciona primeiro a participação em sítio eletrônico oficial e, com o RO aprovado, o fabricante “sustenta” a participação do licitante com todo suporte técnico possível, incluindo a emissão de declarações.

Todavia, o que a administração não levou em consideração é que durante um processo de contratação de produtos de informática existem 3 (três) tipos de licitantes participantes: fabricantes do equipamento, licitantes (revendedores oficiais do fabricante) e licitantes que trabalham em regime de parceria com distribuidoras de produto de tecnologia.

Os últimos, obviamente, encontram-se em posição de inferioridade em relação aos demais, no que tange ao acesso a referida declaração, pois nesta relação a distribuidora parceira é a revenda autorizada pelo fabricante, e não o licitante que irá ofertar o produto/equipamento, ou seja, este não possui acesso a referida a declarações/informações com facilidade, não sendo possível apresentar em conjunto com a proposta as declarações exigidas.

Portanto, no momento da previsão desta exigência a administração deveria ter se preocupado na forma com que estas empresas podem realizar a devida comprovação, onde o edital deveria prever em seus termos que os licitantes parceiros de distribuidoras (sendo estas **autorizadas** a vender o produto do fabricante) pudessem apresentar a declaração apenas em momento posterior, como na entrega dos equipamentos, ou antes, com as declarações em nome da distribuidora.

Destarte, a alternativa que se mostra cabível ao órgão é permitir que o licitante, não sendo revenda direta e autorizada, apresente tais declarações em nome da distribuidora parceira e, pois haveria a extinção do fenômeno da restrição a competitividade, sendo comprovada a veracidade da declaração expedida em nome da distribuidora de equipamentos, ante a impossibilidade da licitante conseguir a referida documentação em momento inicial diretamente com fabricante.



Vale ressaltar, que a jurisprudência do TCU (Tribunal de Contas da União) é firme em atestar a ilegalidade da exigência, da forma como requer a administração, vide Acórdão 1350/2015-Plenário, *in verbis*:

A exigência de declaração emitida por fabricante, no sentido de que a empresa licitante é revenda autorizada, de que possui credenciamento do fabricante ou de que este concorda com os termos da garantia do edital, conhecida como declaração de parceria, contraria o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente no âmbito do pregão. (Acórdão 1350/2015-Plenário)

A exigência, como condição de habilitação, de declaração ou de atestado de fabricante ou de seu canal oficial de revenda para assegurar a garantia ofertada pelo licitante, por configurar restrição à competitividade, somente é admitida em casos excepcionais, quando for necessária à execução do objeto contratual, situação que deverá ser justificada de forma expressa e pública. (Acórdão 9277/2021-Segunda Câmara)

Ainda, tal exigência carece de legalidade e previsão normativa, pois inequivocadamente está contrária a legislação federal que rege o pregão, e, ainda, há evidente restrição a participação de vários licitantes, favorecendo indiscriminadamente determinados fabricantes e licitantes na posição de revenda autorizada, encontrando vedação na norma pátria, com fulcro no art.9º da lei 14.133/21, inciso I, alínea a que assim aduz:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Não obstante, a jurisprudência, de igual modo, sobre a mesma matéria:

A exigência de declaração de garantia formulada de modo a permitir que participem do certame somente fabricantes e revendas autorizadas contraria o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. (Acórdão 898/2021-Plenário)

Portanto, faz-se necessário a retirada das exigências que cerceiam a participação de diversos licitantes, para permitir que: i) seja possível apresentar declaração do fabricante em nome da distribuidora (que atua como ponte entre o fabricante e o licitante ou ii) seja permitida a entrega as declarações solicitadas apenas quando da assinatura do contrato ou entrega dos equipamentos.

Não obstante, faz o apelo para que não entendendo pela procedência da impugnação, a administração permita que as declarações sejam expedidas em nome das distribuidoras



e/ou em momento posterior a apresentação das propostas, para que os licitantes que não são fabricantes ou canais oficiais de revenda possam participar do certame, sem gerar prejuízo algum a administração.

III.II DA LEGISLAÇÃO PÁTRIA VIGENTE

Às declarações exigidas pela administração são constantemente discutidas no âmbito do TCU, onde inúmeras vezes fora entendido que as mesmas: i) não possuem amparo legal; ii) restringem a competitividade; iii) demonstram-se completamente desnecessárias quando da observação ao que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (CDC) em seus artigos 14, 18, 24 e 25, § 1º, em especial os dois primeiros citados, *in verbis*:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Logo, a declaração expedida pelo fabricante do equipamento comprometendo-se a cumprir com os termos de garantia explícitos no edital revela-se como mera formalidade, visto que presente ou ausente a referida declaração, o licitante, ora fornecedor, após o fornecimento do produto, encontra-se obrigado a responder solidariamente junto ao fabricante no que tange aos vícios percebidos durante o uso do equipamento.

Nesta vereda, uma declaração do licitante comprometendo-se a prestar a garantia solicitada em edital junto ao fabricante, nos termos dos artigos 14, 18, 24 e 25 § 1º, todos do CDC, bem como o entendimento jurisprudencial, atende com perfeição a necessidade da administração, estando o licitante obrigado a cumprir com os termos do contrato, sob pena de responder civilmente, administrativamente e penalmente, nos termos da legislação pátria.

Ainda que seja permitida a exigência da carta de solidariedade, isto ocorre de maneira excepcional e deve ser bem fundamentado, conforme entendimento do TCU:

A exigência de declaração do fabricante, carta de solidariedade ou credenciamento, como condição para habilitação de licitante, por configurar restrição à competitividade, somente é



admitida em casos excepcionais, quando for necessária à execução do objeto contratual, situação que deverá ser adequadamente justificada de forma expressa e pública. (Acórdão nº 1805/2015-Plenário.)

No caso concreto, sequer estaria configurada a excepcionalidade da exigência da carta de solidariedade, pois não se verifica complexidade no objeto licitado apta a justificar a indispensabilidade do documento do fornecedor, considerando que a solidariedade do fabricante já é imposta por lei.

Os itens que tratam dessa exigência restringem indevidamente a competição, pois somente são permitidas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, na forma do art. 37, inc. XXI, da Constituição, razão pela qual deve a administração retificar o edital, para que seja indicado ao licitante apresentar declaração do fabricante ou apresentar declaração própria comprometendo-se a cumprir com os termos de garantia previstos em edital.

IV – DOS PEDIDOS

Em fase do exposto, requeremos que a presente **IMPUGNAÇÃO** seja julgada procedente, com efeito da devida retificação do certame para:

- a) O recebimento e provimento da presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, sendo a mesma considerada tempestiva e procedente pelo senhor (a) pregoeiro (a);
- b) A publicação de errata ou retificação do referido edital com fulcro nos argumentos supracitados nesta peça;
- c) Em caso de não acolhimento, a fundamentação motivada da administração acerca da decisão;

Termos em que, pede deferimento

BRUNO DUTRA
DA
SILVA:0588613
2406

Assinado de forma
digital por BRUNO
DUTRA DA
SILVA:05886132406
Dados: 2025.01.08
17:37:30 -03'00'

Serra -ES, 08 de janeiro de 2025

ALLTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA

Bruno Dutra da Silva
CPF: 058.861.324-06
Sócio Administrador

ALLTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 18.730.872/0001-70

AV. CEM. QUADRA 05, MODULO M1B SALA B45, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, SERRA-ES, CEP 29.161-384.

TELEFONE: (63) 991022608

E-MAIL: comercial@alltechbrasil.com.br